



Pastoral Carcerária Nacional - CNBB

BOLETIM INFORMATIVO PCrN/CNBB - nº49 - 13/07/2010

Olá,

Este é o 49º Boletim da Pastoral Carcerária Nacional - CNBB. Esperamos que as informações sejam do seu interesse. Boa leitura!



PARA REFLETIR:

*O diálogo solta os nós,
dissipa as suspeitas,
abre as portas,
engrandece a pessoa,
é vínculo da unidade
e "mãe" da fraternidade.*

*Trecho extraído da oração
A Graça de Dialogar*

**É graça divina começar bem.
Graça maior persistir na
caminhada certa. Mas graça das
graças é não desistir nunca.**

D. Helder Câmara

ASSISTÊNCIA RELIGIOSA

Religiosos e advogados criticam regras que impedem assistência à detentos

Religiosos e advogados denunciaram ontem à Comissão de Direitos Humanos resoluções publicadas pela Secretaria de Estado de Defesa Social que estariam limitando e privando a assistência prestada aos presos. Eles solicitaram revisão das normas, que seriam ilegais. Para o presidente da Comissão e autor do requerimento para a reunião, Deputado Durval Ângelo (PT), as normas da Secretaria de Defesa Social estariam ferindo as leis de execução penal e limitando o acesso de advogados e de religiosos aos presos. "É preciso lembrar que a presença de advogados e religiosos nos estabelecimentos é um direito", considerou. O Coordenador Jurídico da Pastoral Carcerária de MG, Massimiliano Antônio Russo, apontou os dispositivos da Resolução 1.020/09 que estariam limitando a presença de religiosos nas unidades prisionais. Segundo ele, o primeiro dispositivo abusivo seria a tentativa de aumentar a idade mínima do agente religioso, que passaria a ser de 21 anos, enquanto anteriormente era de 18 anos.

[Leia mais](#)

JUSTIÇA

Entre a teoria e a prática da justiça: Leis restaurativas numa sociedade vingativa

A ressocialização é um princípio que está em nossa legislação penal, mas que as pessoas insistem em ignorar, preferindo que o poder judiciário, responsável pela aplicação da justiça, vingue-se, por elas, da violência sofrida pelos criminosos. É comum escutar do homem da rua "os presos têm o merecem"; e quanto mais precária a vida nas cadeias, mais satisfação e sensação de justiça. As autoridades públicas também se referem aos encarcerados como fardo, num jogo de instâncias burocráticas que nada resolve. De fato, as condições de vida em nossas cadeias evidenciam que pensamos a vingança e a punição como expressões da justiça. Mal nos damos conta de que essa mentalidade vingativa destrói o Estado Democrático de Direito, que tem se configurado ao longo história como expressão de busca da promoção e da defesa dos direitos fundamentais da pessoa. Trata-se de uma realidade que viola diretamente a dignidade humana, e coloca em risco a segurança e a manutenção jurídica da própria sociedade. [Confira a íntegra do artigo](#) do Pe. Edivan dos Santos

SEGURANÇA PÚBLICA

"Grandes complexos penitenciários são bombas-relógio", diz consultor em segurança pública

Grandes complexos penitenciários no Brasil são, frequentemente, palco de manifestações e rebeliões que assustam a população, porém não surpreendem especialistas. "Grandes unidades são bombas-relógio, porque não há como controlar tantos presos ao mesmo tempo". É o que diz o consultor em segurança pública José Vicente da Silva Filho, ex-secretário nacional da Segurança Pública. [Leia mais](#)

SOLIDARIEDADE

PCr e Pascom de Caraguatatuba promovem Gincana Solidária para criação de biblioteca no CDP

A Pastoral Carcerária da Diocese de Caraguatatuba está promovendo a Gincana Solidária, junto com a Pastoral da Comunicação – Pascom para montar uma biblioteca para os detentos do CDP de Caraguatatuba. O slogan da Gincana Solidária é “Ajude alguém a virar a página” e surgiu após uma visita à Casa de Detenção de Caraguatatuba, que tem 960 detentos. A PCr nesta diocese é assessorada por Osvaldo Batista Ferreira Junior (Seminarista) e Benedito da Silva, mais conhecido com Sr Ditinho (leigo). A proposta da Gincana é envolver todas as paróquias da Diocese, especialmente os jovens, e encerrar a gincana no evento Pro-Vocação, de motivação vocacional, que acontece todos os anos no mês de agosto, este ano com data marcada para o dia 29 e realização no Centro Esportivo Ubaldo Gonçalves, de Caraguatatuba. Interessados em colaborar com a Diocese ou especificamente com alguma paróquia, poderá acessar o site da Diocese e entrar em contato com os telefones indicados, conforme a Paróquia - www.diocesecaraquatuba.com.br

TORTURA

Aprovada no Rio de Janeiro lei contra a tortura

Foi uma votação histórica. Com 53 votos a favor, três contrários e uma abstenção, a Alerj aprovou no dia 22/06 o projeto de lei, de autoria do deputado estadual Marcelo Freixo, que cria um Comitê e um Mecanismo de Prevenção à Tortura no Estado do Rio de Janeiro. Com a nova lei, a criação desses órgãos — uma demanda antiga dos movimentos sociais de direitos humanos — vai garantir o monitoramento permanente das condições existentes nas carceragens policiais, presídios, unidades sócio-educativas e manicômios. Hoje, essas unidades de privação da liberdade não contam com qualquer mecanismo eficaz de fiscalização dos direitos humanos. [Saiba mais](#)

DIREITOS

Defensoria Pública: sonho possível!

Sabemos que o sistema prisional de Santa Catarina só não é o inferno por falta de espaço! O atual sistema, analisado a partir da Lei de Execução Penal 7210/84, não atinge 5 mil vagas para uma população carcerária de 14 mil presos e 19 mil mandados de prisão em aberto. Um exemplo desse descaso é a realidade prisional de Blumenau. Aqui, a Lei de Execução Penal 7210/84 é deixada de lado. [Leia íntegra do artigo](#) do Padre Celio Ribeiro – Pastoral Carcerária de Santa Catarina

INICIATIVA

Pastorais e lideranças de Santa Catarina entregam projeto de lei de iniciativa popular para a criação da Defensoria Pública no Estado

No dia 30 de junho, lideranças sociais e pastorais estiveram, em Florianópolis, na Assembléia Legislativa, entregando abaixo assinado e projeto de lei de iniciativa popular para que o governo instale a Defensoria Pública no Estado. A Defensoria Pública é considerada, ao lado do Ministério Público, essencial à Justiça, devendo orientar e defender, em todos os níveis e situações, os menos favorecidos, conforme dispõe o art. 134 da Constituição Federal, mas em Santa Catarina ainda não foi criada a Defensoria Pública. As Pastorais sociais desenvolveram árduo trabalho de coleta de assinaturas, totalizando 47 mil apoios diretos para a criação desse órgão público. A Defensoria Pública em Santa Catarina deve ser uma instituição inovadora, democrática, autônoma e transparente. Os profissionais envolvidos deverão ser compromissados com a proteção e promoção dos direitos humanos. Os defensores, habilitados, concursados e com dedicação integral poderão defender os interesses difusos e coletivos das pessoas; assessorar grupos e entidades não governamentais que estão a serviço da defesa dos direitos da criança, do adolescente, das mulheres, dos idosos, dos presos e menos favorecidos. [Leia mais](#)

SOLIDARIEDADE

Presos da Paraíba abrem mão do almoço e doam 400 kg de alimentos às vítimas das enchentes

Os 880 detentos do presídio regional do Serrotão, em Campina Grande (PB), decidiram abrir mão do almoço deste domingo (4) para que os alimentos fossem doados às vítimas das enchentes dos estados de Alagoas e Pernambuco. Segundo a Secretaria da Cidadania e Administração Penitenciária da Paraíba, a decisão de doar os alimentos partiu dos próprios presos. Com a ação, foram arrecadados aproximadamente 400 kg de comida. [Leia mais](#)

MONITORAMENTO ELETRÔNICO

SP vai monitorar até 4,8 mil presos com tornozeleiras

O governo de São Paulo vai monitorar até 4,8 mil presos do regime semiaberto por meio de tornozeleiras eletrônicas. O contrato com o consórcio vencedor da licitação para a prestação do serviço deve ser assinado em 30 dias. Os cerca de 3 mil detentos que diariamente deixam as prisões para trabalhar serão vigiados por meio do equipamento. Por enquanto, só nas cinco saídas anuais de presos para a visita de parentes a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) pretende manter sob controle o número máximo de presidiários previsto (4,8 mil). O preço do novo esquema de segurança será de R\$ 41 milhões, a serem gastos durante os 30 meses do contrato. [Veja](#)

PRESOS ESTRANGEIROS

Brasil tem mais de 3 mil detentos estrangeiros e Pastoral Carcerária auxilia na comunicação dos presos

O Brasil tem mais de 3 mil presos estrangeiros distribuídos pelo país, a maioria deles condenada por tráfico internacional de entorpecentes. Além das penas que terão que cumprir pelos crimes cometidos, os presos estrangeiros enfrentam as barreiras do idioma e das diferenças culturais. A Lei de Execuções Penais prevê que é responsabilidade do Estado dar assistência material ao preso, com suporte à saúde, assistência jurídica, educacional, social e religiosa. Porém, não há nenhuma orientação sobre a obrigatoriedade de tradutores para viabilizar a comunicação do preso dentro das penitenciárias. A única regulamentação a esse respeito trata da presença de um intérprete durante interrogatórios. "A estrutura para presos estrangeiros varia muito de estado para estado. Em São Paulo, por exemplo, há uma unidade no interior voltada exclusivamente para presos homens estrangeiros, o que dá certa proteção a esse detento", diz André Luiz de Almeida e Cunha, diretor de políticas penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), órgão do Ministério da Justiça. [Leia a íntegra](#)

DESAFIO

Integração entre educação e trabalho é desafio nas prisões

Presos precisam escolher entre estudar e trabalhar. Educação profissional integrada ao ensino fundamental é apontada como principal perspectiva. Como garantir que um ex-presos se reintegre à sociedade? Na maioria das vezes, a resposta a essa pergunta é imediata: ele precisa de um emprego, para que possa se sustentar com dignidade e não reincida em atos criminosos. E na própria prisão, como o detento pode se ocupar, ajudar sua família e, ao mesmo tempo, ser produtivo para a sociedade? Novamente, as respostas mais comumente ouvidas apontam para o emprego, através do desenvolvimento de ações de cooperativas profissionais em presídios. Mas a simples oferta de ocupação profissional para presos e ex-presos dá conta de todos os elementos que permeiam uma realidade social complexa, desigual e que contribuiu para a produção da própria criminalidade? Como integrá-la a um projeto mais amplo, que leve em consideração a formação desses sujeitos para vida e não apenas para a reprodução de sua realidade social? São essas as questões, que apareceram em grande parte dos debates travados no 'Seminário Internacional sobre Educação em Prisões: convergências e perspectivas', que discutiremos nesta última reportagem da série especial sobre educação em prisões. [Confira a íntegra do artigo](#) de Leila Leal.

SÃO PAULO

Presos convivem com ratos e doenças em cadeias lotadas

Cadeias públicas, centros de detenção provisória, penitenciárias e manicômios prisionais projetados para ressocializar homens e mulheres que cometeram crimes no estado de São Paulo estão superlotados e colocam em risco a recuperação dessas pessoas. Presos que já deveriam ir para o regime semiaberto não vão por falta de vagas. Amontoados uns sobre os outros, eles têm de ficar em celas mofadas que podem ser ocupadas por até dez presos, mas acomodam 40. Alguns dormem em banheiros quebrados, tendo como travesseiros improvisados vasos sanitários sem descarga, com cheiro de urina e moscas ao redor. Muitos reclamam de banhos gelados, comida com fezes de ratos e baratas, alimentação vencida, presos doentes com tuberculose e Aids junto com os demais, falta de médicos e ausência de remédios. Segundo a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e ONGs, as unidades prisionais verificadas estão servindo como verdadeiros depósitos de gente. Em alguns casos, estão sendo feitos pedidos de interdições judiciais ou de melhorias ao Estado. Quem sofre mais são os homens presos. Pela SAP, o Centro de Detenção Provisória 4 de Pinheiros, na Zona Oeste da capital, é o mais lotado do estado, com 1.116 presos a mais do que a capacidade permitida, o que representa 217% de superlotação. São 1.628 homens num espaço onde deveriam caber 512. Em relação à SSP, a cadeia pública de Piraju, a cerca de 400 km de São Paulo, era a que mais preocupava até 8 de junho, quando foi desativada por falta de condições a pedido do Ministério Público. Tinha 60 presos onde deveriam caber apenas oito, o que equivalia a 650% a mais do que o permitido. [Leia a íntegra](#)

BAIXE O ARQUIVO PDF E IMPRIMA ESTE BOLETIM

CONTRIBUA! Se você gosta deste boletim e acredita no trabalho da Pastoral Carcerária - CNBB, ajude-nos a continuar lutando pela defesa da dignidade da pessoa presa. [Veja como!](#)



PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL -PCrN/CNBB
Tel.: 55 (11) 3101-9419 - Skype: carceraria.secretaria
E-mail: pcr.n@uol.com.br - www.carceraria.org.br

ALTER COMUNICARE - Assessoria de Comunicação PCrN/CNBB
Tel.: 55 (11) 8529-6336 - Skype: altercomunicare
E-mail: imprensa@carceraria.org.br - www.altercomunicare.com.br

A Pastoral Carcerária deseja contribuir com a construção de um mundo sem cárcere. Por isso, alimenta com informações esta rede de pessoas comprometidas com a dignidade da vida. Caso queira atualizar ou corrigir seus dados, responda este e-mail informando as devidas alterações. Não queremos ser invasivos. Se não desejar receber nossas mensagens, responda esse e-mail solicitando a exclusão.